

AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM NOVA FRIBURGO – RJ.

Icaro Azevedo – UERJ – Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4034D, Maracanã, RJ -
Brasil, cep:20550-013 – (icaroaz@hotmail.com).

Francisco Artur C. de Oliveira - Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4034D,
Maracanã, RJ – Brasil, cep:20550-013 – (geo.artur@gmail.com).

Apresentação

Este estudo está sendo desenvolvido no Núcleo de Estudos da Geografia Fluminense (NEGEF), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob a orientação do professor Gláucio José Marafon. Pretendemos com este trazer uma contribuição para os estudos sobre a agricultura familiar, a partir de uma análise das Políticas Públicas voltadas para esse modo de produção e temos como objetivo compreender o papel que as PP's exerceram no desenvolvimento da pequena produção familiar, assim como analisar o potencial da agricultura familiar em diferentes escalas, desde a local até a nacional.

Introdução

A agricultura brasileira teve sua inserção no modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 86) tardiamente. Entre outras razões, o descompasso em relação à Europa e a América do Norte está associado à nossa herança fundiária que preservou as características tradicionais do rural brasileiro até meados do século XX, quando a industrialização e as relações capitalistas de produção iniciaram seu avanço pelo campo até o período “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1994) atual.

De modo a compreendermos quais processos contribuíram para esse quadro, um breve levantamento histórico se faz necessário. A Lei de Terras (lei 601/1850) determinou o fim do acesso à terra através da posse, onde a legitimação do uso e da propriedade ocorreria somente pela comercialização, em um processo que

transformaria a terra em mercadoria. Essa medida visava, entre outros aspectos, impedir a posse da terra por escravos libertos – as agitações sociais acerca da abolição da escravidão tornavam-se, dia após dia, mais ameaçadoras ao *status quo* – e por imigrantes europeus, que forçosamente venderiam sua força de trabalho livre aos barões do café ou imigrariam para as cidades, mantendo ainda a hierarquia social.

Seria possível atribuir à Revolução Industrial, ocorrida em 1848, o início das profundas transformações sofridas nos campos da Europa no século XIX ao considerarmos que o Decreto das Cercas (Enclosure Acts) determinou a expulsão de enormes contingentes camponeses em direção às cidades. Contudo, a Revolução Francesa, naturalmente associada com a Revolução Jacobina, teve um papel fundamental nesse processo. “O povo” identificado com “a nação” era um conceito revolucionário (Hobsbawm, 2004:92). Assim, ainda que a Revolução Francesa tenha sido engendrada pela *bourgeoisie*, foram os levantes de massa que a tornaram uma força irrefreável.

Em 1798, as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade recaíam perfeitamente sobre uma massa de famintos, nos campos e nas cidades, que nas décadas anteriores sofreram com safras ruins e invernos rigorosos. A massa de camponeses era particularmente vulnerável, posto que a má safra permitia aos grandes proprietários de terra vender seus produtos ao preço que lhes conviesse, onde restava aos pequenos produtores pagar a quantia ou consumir o estoque agrícola reservado para o plantio. Nas cidades, o aumento dos custos dos produtos agrícolas refletia-se essencialmente no preço inflacionado do pão ao mesmo tempo em que o trabalho se tornava escasso para os pobres.

Portanto, foi da França que se irradiaram as novas idéias que seduziram um número incontável de nações, fundamentalmente através da ascensão meteórica de Napoleão Bonaparte a cargo do exército francês. Sua bem-sucedida campanha na Europa provocaria a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e inspiraria, juntamente com a própria Revolução Jacobina, focos revolucionários além-mar.

Um desses focos revolucionários além-mar foi exatamente a Independência do Brasil, em setembro de 1822, onde além de obter a independência política, o

Brasil revogava a concessão do sistema de sesmarias e legitimava a posse da terra. Nesse ínterim entre 1822 e 1850 há um crescimento vertiginoso dessa nova modalidade de acesso à terra, caracterizado pela multiplicação dos latifúndios. No entanto, em 1850, a noção de “posse” confundida com “propriedade” seria desmantelada em face da chegada ao Brasil de imigrantes europeus e da ameaça da abolição da escravatura.

Nesse contexto, transparecem os interesses da Inglaterra, que desde antes da vinda da família real para o Brasil parecia ter interesse nas possibilidades de expansão comercial no Novo Mundo. Sua influência era enorme e utilizando-a obteve um mercado consumidor próspero, onde durante o século XIX a maior parte dos navios que atracavam no Brasil trazendo mercadorias era de bandeira inglesa.

Ainda neste século, houve o início da industrialização no Brasil, que se alastraria e transformaria o país, no intervalo de um século, de essencialmente rural em predominantemente urbano. No bojo da tradição colonial, o Brasil se consolidou como uma nação agro-exportadora, apoiada sobretudo no latifúndio e tendo como principal produto o café até meados do século XX. O declínio da cultura do café, inclusive, contribuiu para o gradativo esvaziamento produtivo do interior do estado do Rio de Janeiro, que não se adaptou rápida ou eficientemente às mudanças político-econômicas ocorridas naquele período.

Logo, a evolução fundiária do município de Nova Friburgo apresenta uma história diferenciada. Colonizada primordialmente por imigrantes de origem suíça, em sua maioria do cantão de Fribourg, os imigrantes europeus com destino a atual Friburgo tinham a intenção de constituir residência no Brasil¹, e formaram em 1820 uma colônia que se desenvolveu e evoluiu, até se formar o atual município.

A Produção Agrícola do Município de Nova Friburgo

Num contexto de esvaziamento produtivo do interior fluminense, os imigrantes recém chegados da Europa, tiveram maior facilidade para obtenção de terras a serem cultivadas. Esses europeus se organizaram em médias e pequenas

¹ Tal afirmação está embasada em dados coletados do Atlas de Nova Friburgo (Negef 2004) que mostram que grande parte dos imigrantes veio para o município com suas famílias.

propriedades, e estabeleceram uma colonização voltada para a ocupação, tais fatores foram decisivos para a atual organização/distribuição fundiária. O município desenvolveu ao longo de sua história, tradição tanto no setor industrial (têxtil e metalúrgica de pequeno porte) como no setor agropecuário (horticultura e olericultura)² e desde a década de 1940 as atividades do turismo vêm se desenvolvendo e acarretando profundas transformações na economia municipal. Nova Friburgo apresenta como mais importantes atividades agrícolas a horticultura e a olericultura. Essas atividades têm grande importância não só na economia do município, mas também na produção agrícola de toda região sudeste, como pode ser visto na tabela 1.

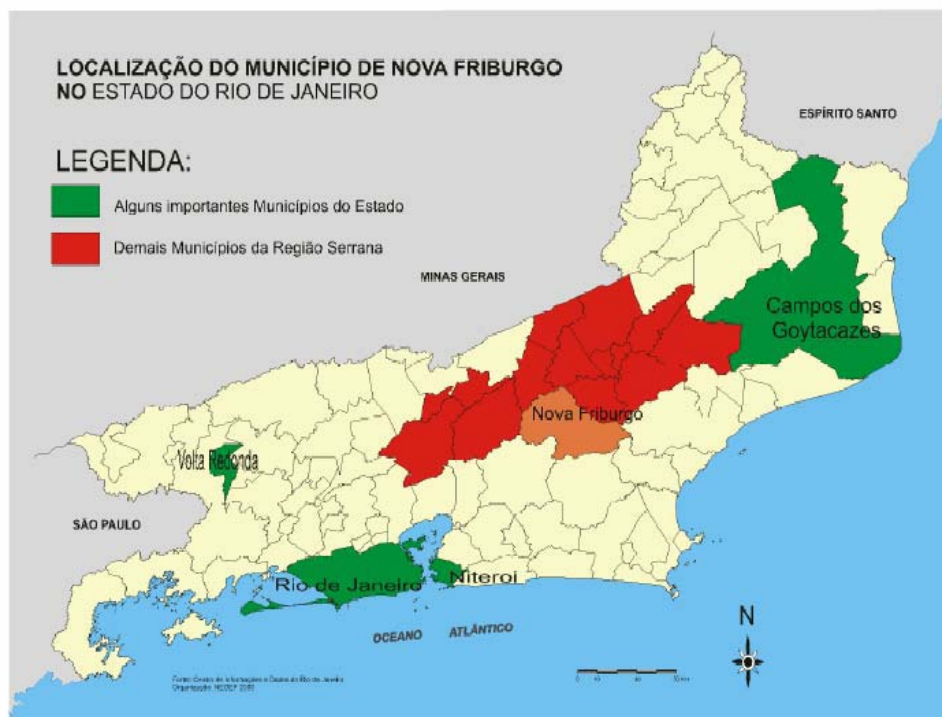
Tabela 1

Projeto INCRA/FAO - Tabulações Especiais do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996						
Região Sudeste - Agricultura Familiar - Dez Principais Produtos						
Class	Nome	Nº de	Área total	Valor produção	Renda total	Valor produção
nrnd	produto		(ha)	do produto (R\$)	(R\$)	total (R\$)
1º	Pec. leite	279.201	11.866.534,2	788.753.982,00	1.356.495.413,51	2.186.547.882,00
2º	Café	159.360	4.207.585,3	500.335.026,45	740.990.772,72	1.081.188.157,00
3º	Pec. corte	176.905	8.537.632,8	398.254.134,00	947.648.757,75	1.468.865.733,00
4º	Cana	81.380	3.146.838,9	294.452.587,93	487.853.843,51	715.329.777,00
5º	Hortaliça	134.189	3.447.224,5	281.009.608,00	625.847.521,16	1.001.341.615,00
6º	Galinhas	337.324	10.805.337,9	258.149.807,00	1.314.902.826,45	2.094.876.393,00
7º	Milho	280.868	9.351.943,9	257.955.584,43	1.021.899.003,62	1.714.044.459,00
8º	Laranja	101.848	3.588.931,9	126.578.237,13	466.369.183,56	739.210.383,00
9º	Banana	107.767	3.454.579,0	95.750.653,54	452.569.717,59	653.153.962,00
10º	Tomate	17.700	356.989,9	91.309.378,84	109.631.638,65	208.397.979,00

O município de Nova Friburgo está compreendido na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro e está localizado próximo à Região Metropolitana (187 km) e, historicamente, tem esta como a principal compradora de sua produção, haja vista

² Apesar das principais culturas do município serem de hortícolas e olerícolas, segundo dados do IBGE sobre a lavoura permanente e temporária do município em 2002, a produção de culturas tradicionais, café, fruticultura, além da atividade pecuária também são relevantes na composição do montante que as atividades agropecuárias contribuem no PIB do município.

seus índices demográficos. O escoamento dos produtos para a capital estadual é facilitado pela infra-estrutura de transportes rodoviários que liga as duas cidades. A qualidade das vias de deslocamento se deve, principalmente, ao eixo de expansão da urbanização e também de turismo que segue da metrópole carioca para região serrana do estado.



Nova Friburgo no Estado

A produção agrícola friburguense é comercializada na CEASA, que se encontra no distrito de Campo do Coelho e abastece o mercado local e os municípios da Microrregião Serrana. Porém, como já foi dito, a maior parte da produção é transportada e comercializada na CEASA – RJ que está localizada no subúrbio da metrópole carioca e de lá é distribuída para outras localidades do estado do Rio de Janeiro. Já nesta, a produção friburguense sofre competição não só de outros municípios do próprio estado, mas também da produção oriunda do estado de São Paulo, o que vem ocasionando a queda dos preços de venda, e por conseqüência, dos preços pagos aos produtores pelos atravessadores/transportadores, já que como

tivemos oportunidade de constatar em visita a campo, apenas uma pequena minoria possui meios próprios para transportar sua produção. A grande maioria dos produtores entrevistados, afirma não possuir o capital necessário para investir na compra de algum tipo de veículo, que possibilite o transporte de suas próprias mercadorias, portanto vêm como única opção vender sua produção para transportadores ou produtores mais capitalizados que possuem caminhões para o transporte da produção.

Nova Friburgo apresenta uma produção agrícola muito significativa no contexto de nosso estado, e esta produção está pautada majoritariamente na mão-de-obra familiar. Logo, este município constitui-se em um recorte espacial privilegiado para o entendimento da temática proposta. A grande presença de mão-de-obra familiar está diretamente atrelada à herança fundiária do local, que desde a sua colonização, por famílias suíças e alemãs, teve sua agricultura constituída por pequenas propriedades e estabelecimentos rurais e assim se mantém até o período atual.

Além da herança cultural dos colonos, existem outros motivos para a perpetuação das pequenas e médias propriedades, como os de fatores naturais. A Região Serrana fluminense é composta por um relevo bastante irregular e acidentado, com a presença de vales estreitos, picos e afloramentos rochosos, e possui um clima bastante frio (tropical de altitude). O que dificulta o cultivo de culturas de maior valor de mercado como a cana-de-açúcar, soja e café, pois essas culturas demandam de grandes extensões para o seu plantio, e climas menos rigorosos (ao contrario de hortaliças e olerícolas). A natureza se apresenta portanto como um condicionante para a implementação de uma agricultura modernizada e de mercado, com o uso de maquinário pesado favorecendo a manutenção das pequenas propriedades familiares.

O Pequeno Produtor e a Expansão do Capitalismo em Áreas Rurais

O processo de expansão do capitalismo no espaço rural brasileiro ocorreu de forma excludente. No bojo do avanço do capitalismo, relações de trabalho e pessoais, lógica produtiva e modo de produção (OLIVEIRA, 1986) foram sendo

alteradas, o que acarretou em um processo seletivo onde só os mais aptos, salvo as exceções, os grandes e médios proprietários tiveram como se inserir.

Esse quadro nos ajuda a compreender porque teóricos clássicos como Kautsky e Lênin afirmavam que a figura do camponês estava fadada ao desaparecimento. Na visão desses autores, com o avanço das relações capitalistas no campo, o camponês se tornaria um proletário rural ou um pequeno burguês. O primeiro caso, seria daqueles produtores que não conseguissem acompanhar a competição imposta pelo capitalismo e conseqüentemente não poderiam se manter na terra. O segundo caso seria daqueles produtores que atingissem um grau satisfatório de adaptação às formas de trabalho e produção para se tornarem pequenos burgueses, plenamente inseridos ao mercado. Porém, hoje podemos afirmar que o capitalismo também se reproduz a partir de relações não-capitalistas e a figura do camponês continua presente no mundo rural.

Os pequenos produtores encontraram “novas” estratégias para se reproduzir. Uma dessas estratégias é a pluriatividade, que de forma simplificada, seria a possibilidade de o produtor combinar “atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.” (GRAZIANO, 1999). No entanto, segundo Marafon (2004, p.2):

Este fenômeno não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias. Podemos lembrar os estudos de Kautsky e Chayanov que se referem aos “trabalhos acessórios” e às “outras atividades não agrícolas” como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários.

Neste ensaio iremos tratar a pluriatividade como um fenômeno que é tradicionalmente inerente ao camponês, mas que com a urbanização e a industrialização assume uma nova roupagem e adquire novas especificidades, posto que, segundo ANJOS “o camponês tradicionalmente se ocupou do exercício de

múltiplas atividades e é somente a partir da modernização que o sentido das mudanças aponta na direção de uma crescente e incessante especialização”. Essa “nova” pluriatividade estaria atrelada à venda da força-de-trabalho enquanto a pluriatividade tradicional estaria voltada para a produção e complementação dos meios de produção.

De acordo com os clássicos marxistas, a pluriatividade seria um fator que evidenciaria o processo de proletarização do camponês, porque denotaria a desagregação familiar e a piora das condições de sua reprodução social. Nesse contexto, o historiador inglês Eric Hobsbawm sustenta que: *“A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola pra sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”*. Hobsbawm (1995 p.284).

No entanto, como foi verificado empírica e teoricamente, a produção familiar persiste. Como definiu Chayanov, o camponês é um “sujeito criando sua própria existência”, onde seu processo decisório é condicionado pelas necessidades práticas do conjunto familiar e não por sua posição na divisão social do trabalho, estabelecendo a noção de solidariedade intrafamiliar. Outro autor que corrobora essa idéia é Tepicht indo, porém, mais além ao introduzir que as famílias camponesas possuem em seu interior forças marginais ou não transferíveis, que garantem a reprodução da família ao permitirem um tempo restrito para a dedicação à subsistência. Sem assumirmos as opiniões supracitadas de maneira absoluta, especialmente porque são opiniões datadas, tais visões podem ser interpretadas como possíveis explicações para a sobrevivência do camponês em um momento de progressivo avanço do capitalismo pelo campo.

Em Nova Friburgo, a pluriatividade é um traço muito marcante nas áreas rurais, onde as amenidades e a paisagem potencializam o turismo ecológico e de aventura. Em um contexto de valorização do campo, e do modo de vida campesino pelos cidadãos, essas atividades turísticas assumem grande importância na economia do local e na compreensão da realidade do pequeno produtor. Constatamos através de visitas a campo que a proliferação de hotéis-fazenda, fazenda-hotéis e sítios de veraneio criaram diversos postos de trabalho em atividades não-agrícolas, que estão sendo preenchidas por trabalhadores antes

ocupados exclusivamente com a produção agrícola com o objetivo de complementar a renda familiar.

Para compreender o papel dessas novas atividades não-agrícolas no espaço rural de Nova Friburgo, usaremos o conceito de SORRE de “paisagens derivadas”, a paisagem dessas áreas (rurais) passa por uma grande transformação para atender às demandas e aos interesses da “cidade” (leia-se de seus habitantes). A paisagem passa a conter diversas formas características do urbano com funções tipicamente urbanas, como lojas de produtos “naturais”, restaurantes e hotéis de alto luxo. A paisagem se torna um híbrido de rural e urbano. Justamente para atender os turistas, em sua maioria citadinos, que buscam nos símbolos da paisagem rural um refúgio para os malefícios da do modo de vida urbano contemporâneo.

Através da atribuição de significados pautados em valores urbanos para a paisagem, para as formas e para os símbolos do espaço rural, os citadinos “fetichizam” o espaço rural de Nova Friburgo, e através do uso percebem e produzem esse espaço de uma forma tipicamente urbana-capitalista³, mesmo que em um tempo futuro. O camponês nesse espaço fetichizado passa a ser compreendido não como um sujeito em busca de sua reprodução, ator produtivo local e sim como elemento de uma paisagem idealizada. Para compreendermos a realidade desse local devemos “desfetichizar o homem e o espaço”, ou seja, “arrancar à natureza os símbolos que ocultam a sua verdade, vale dizer: “tornar significativa a Natureza e tornar naturais os signos” (Gillo Dorfles, 1972), é revalorizar o trabalho e revalorizar o próprio homem, para que ele não seja mais tratado como valor de troca”.

O interessante é perceber que no momento em que os habitantes das cidades buscam, de forma efêmera, o modo de vida do campo, impõe aqueles sujeitos que tem como tradição esse modo de vida uma nova forma de se organizar e de se relacionar com seu lugar. O espaço fetichizado, do uso, do consumo, é o espaço que descaracteriza, que se desprende de suas características e dos usos dos sujeitos que o construíram e assume uma lógica nova, tornado espaço espetacular, pelas ideologias e pelos discursos. O homem por sua vez, é apenas uma engrenagem na indústria de consumo do espaço fetichizado. Esses dois sujeitos se relacionam de

³Cabe destacar que “O objeto possui duas faces: a face verdadeira, que não se entrega diretamente ao observador, e a face visível, amoldada pela ideologia.” (SANTOS, 2004)

forma que cada um habita um dos pólos: *homen-fator-de-produção* e *homen-consumidor* (Moreira, 2006).

As Políticas de Fomento á Agricultura

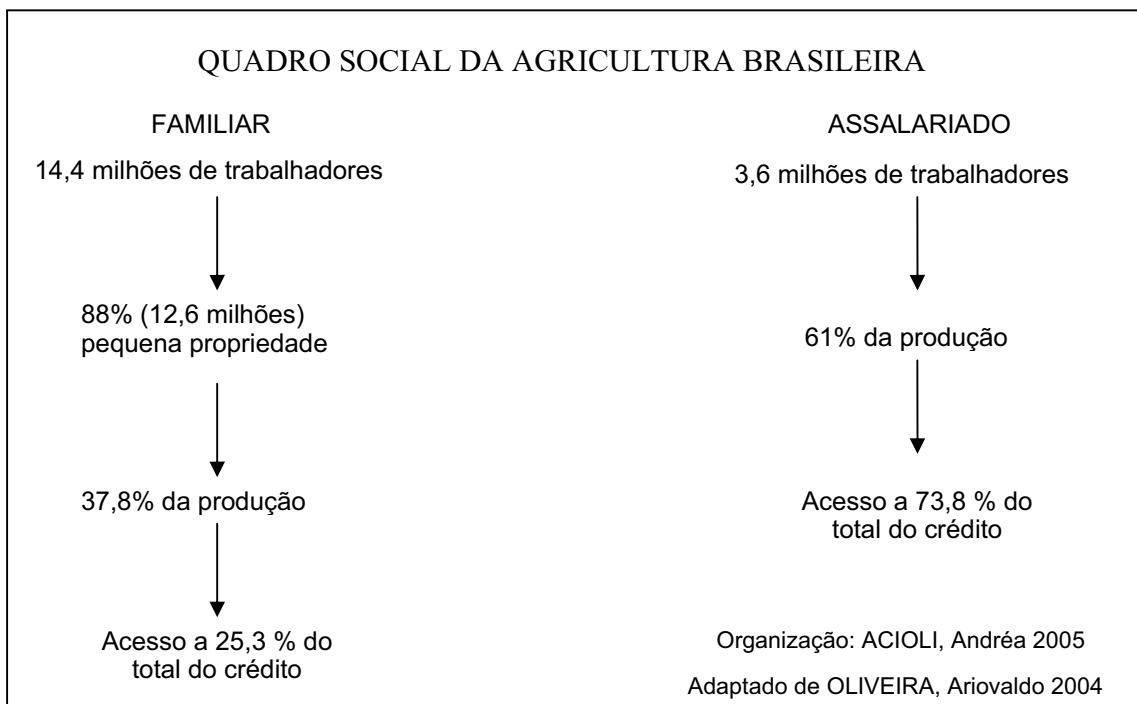
Tradicionalmente o Estado tem estabelecido políticas para o setor agrícola com o objetivo de estimular o aumento da produção e da produtividade. É inegável o papel do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira, porém tal financiamento ficou restrito aos médios e grandes produtores e priorizou determinadas culturas (DELGADO, 1995. WENCESLAU NETO).

No final da década de 60 e início de 70, o governo cria o SNCR, o que vem no bojo da Revolução Verde⁴. A intenção era auxiliar financeiramente os produtores para que estes pudessem acompanhar a mudança da base tecnológica, e assim qualificar sua produção para a competição no mercado externo e melhorar o abastecimento interno, buscando a segurança alimentar. Na prática, os proprietários beneficiados pelos créditos eram aqueles que tivessem condições de produzir determinadas *commodities* que gerassem mais lucro como a cana, o café, a soja entre outros.

Essas políticas estatais só fizeram contribuir com a concentração da renda e da terra, posto que as mesmas possibilitaram que aqueles produtores mais capitalizados tivessem mais e melhores alternativas para se reproduzir. As políticas de nossos governos desde a metade do século passado até os dias atuais injetaram no *agrobusiness* brasileiro uma grande quantidade de capital através de empréstimos, investimentos em infra-estrutura, isenção de impostos etc. Como podemos ver no quadro 1.

⁴ A revolução verde, idealizada pelo químico Norman Borlaug na década 1950, deu início à materialização do anseio de industrializar a agricultura. A implementação de sementes geneticamente melhoradas, adubos e defensivos químicos, maquinas e equipamentos modernos possibilitaram o aumento da produtividade em termos nunca antes alcançados na história, tudo isso sob o pretexto de promover o fim da fome no mundo – o que rendeu a Borlaug o premio Nobel da Paz em 1970.

QUADRO 1



Neste contexto, consideramos que o estado teve uma participação significativa na opressão que o pequeno produtor sofreu ao longo de todos esse anos, que se materializou na desapropriação dos meios de produção de um enorme contingente de produtores, que foram obrigados a vender sua força de trabalho. Não podemos deixar de comentar que todo esse quadro contribuiu para o aumento dos conflitos no campo e a proliferação de movimentos sociais voltados à luta pela terra⁵, assim como para o aumento da pluriatividade entre os produtores rurais.

Na década de 90, as instâncias do poder público passaram a estabelecer políticas explícitas voltadas para o pequeno produtor. Como exemplo, podemos citar o Projeto Frutificar, os órgãos de assistência técnica, e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse, “é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como

⁵ Podemos citar como exemplo o MST, MAST, MBUOT, MTL, entre outros.

segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas agricultores familiares e suas organizações.” O PRONAF vem a ser a política de estado mais relevante para o recorte selecionado, ainda que em nossa concepção, esteja muito aquém do que consideramos políticas que sejam determinantes para o desenvolvimento local e ainda se encontre muito distante de atingir os objetivos a que se propõe.

Considerações Finais

Entende-se que um Estado neoliberal como o Brasileiro, não se propõe a interferir diretamente na economia. Porém, como afirma Corrêa:

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. (CORRÊA, 1995 p.26)

No campo Brasileiro essas classes dominantes pode ser compreendidas como a classe do Agronegócio. Vemos através de um histórico da política agrária brasileira, que o Estado realmente criou condições concretas para a reprodução dessas classes, tudo materializado e comprovado pelo crescimento do Agronegócio Brasileiro no mercado nacional e internacional. Consideramos que nos encontramos em um estágio alarmante no desenvolvimento da economia capitalista no meio rural, onde a obsessão pela otimização produtiva, através da técnica e a diminuição dos custos de produção, através de cortes de contingentes de mão-de-obra, impuseram a uma grande quantia de trabalhadores do campo brasileiro, uma situação de sobrevivência precária. Caso o Estado, principalmente dos países periféricos, não se utilize de políticas públicas para atenuar os impactos sociais que o modelo econômico vigente impôs a nossa sociedade, a crise já existente só se tornará mais profunda.

As políticas públicas que o Estado Brasileiro (em suas diversas escalas de poder) desenvolve para a agricultura familiar são insuficientes e principalmente, ineficazes (no recorte espacial colocado). O máximo ao que os produtores da região têm contato, é com o oferecimento, muito esporádico, de palestras para auxílio no uso de insumos químicos e físicos e financiamentos que demandam de enorme burocracia, com a qual os agricultores não estão aptos a lidar, e que não resolvem seus problemas, muitas das vezes só agravam, devido à dificuldade para o pagamento das dívidas. Foi constatado em campo que os poucos agricultores que têm acesso a essas vantagens, são aqueles que possuem algum tipo de organização social ou de classe. Portanto, colocamos o auxílio no desenvolvimento dessas organizações políticas, como uma das prioridades das agências de assistência à agricultura familiar, mas sempre por uma perspectiva autônoma, tornando possível que os produtores sejam sujeitos de suas ações.

Foi possível constatar que existem na região em análise diversas lacunas quanto ao desenvolvimento da pequena produção familiar, que deveriam estar sendo preenchidas pela atuação estatal, através da otimização de políticas públicas já existentes e criação de novas. Com o desenvolvimento da pesquisa pretendemos analisar ainda mais profundamente o universo de possibilidades que se apresenta para o pequeno produtor buscar sua reprodução, além de colaborar de forma efetiva para que este universo seja redesenhado potencializando o desenvolvimento da pequena produção familiar, pautado na conservação do meio-ambiente e a “sustentabilidade” desse modo produtivo.

Bibliografia

www.pronaf.gov.br

www.ibge.gov.br

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. HUCITEC-ANPOCS-UNICAMP. Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo. 1992.

CAMPANOLA, Clayton (orgs). O Novo rural brasileiro, uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Embrapa – Meio Ambiente. Volume 3. Jaguariúna. São Paulo. 2000.

CORRÊA, Roberto lobato. O Espaço Urbano. Editora Ática. São Paulo. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. UNICAMP/IE. Pesquisas. São Paulo. 1999.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). Porto Alegre: L&PM Editores. 1980.

HOBSBAWN, Eic j. A Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991. Ed. Companhia das Letras. Sp.1995.

IANNI, Octavio. “O Mundo Agrário” In. A Era do Globalismo. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1996

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foepfel (orgs.). Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002.

_____. Transformações no Espaço Agrário Fluminense, ENGA, 2004.

MARTINS, Heloisa de Sousa e RAMALHO, João Ricardo. Terceirização (diversidade e negociação no mundo do trabalho). HUCITEC/CEDI/NETS. 1994.

MARTINS, José de Souza. "A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária". In: Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 1986.

MARX, Karl. O Capital, L.1, V.2, cap. XXIV. São Paulo: Difel. 1982. pp. 828-882.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento Geografico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo. Contexto. 2006.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar: Questões Metodológicas. XVI Encontro Nacional da Associação PIPSA, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "*Quem sabe faz a hora não espera acontecer*" O MST como movimento socioterritorial moderno. In: Revista USP, São Paulo nº 64 p.156-172, dezembro-fevereiro, 2004-2005.

_____. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo. Ed. Ática. 1986.

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homen. São Paulo. EDUSP. 2004.